

TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL E NA VENEZUELA: NOTAS INTRODUTÓRIAS AO DEBATE LATINO-AMERICANO

Franco Renato Baudenay Taboada¹
Lia Pinheiro Barbosa²

Resumo

Ao propor uma discussão acerca da trajetória da Educação Popular na Venezuela e no Brasil intencionamos conhecer o cenário de tais experiências vinculado à própria história da Educação Popular na América Latina. Assim, consideramos as múltiplas formas de participação social construídas pela sociedade civil latino-americana, em um diálogo com o legado de Paulo Freire. Buscamos articular o que consideramos como novas práticas de legitimação de uma *práxis* da cidadania rumo à consolidação de um contra-poder social com potencial de alargamento do setor democrático-popular. Pretendemos discutir a Educação Popular como uma correlação de forças no interior dos espaços públicos, sobretudo ao propor um *ethos* próprio à prática educativa. Esperamos contribuir nos debates correntes sobre o legado freiriano e a Educação Popular, instigando a reflexão ao redor das ações concretas dos múltiplos movimentos presentes na sociedade civil organizada da América Latina. Outro fim consiste em demonstrar a atualidade do presente debate, no (re)significado assumido pela Educação Popular na construção de canais de participação popular na América Latina.

Palavras-chaves: Educação Popular, Participação Política, MST, Missão Robinson, Paulo Freire

Abstract

In proposing a discussion about the trajectory of the Popular Education in Venezuela and Brazil intencionamos know the scenario of such experiments linked to the history of Popular Education in Latin America. We therefore consider the many forms of social participation by civil society built Latin American, in a dialogue with the legacy of Paulo Freire. We articulate what we consider as a new means of legitimization of a *Praxis* of citizenship towards the consolidation of an against-power social with the potential of widening the democratic-popular sector. We want to discuss the Popular Education as a correlation of forces within the public spaces, especially by proposing an *Ethos* itself to educational practice. We hope to contribute in the wake of the current discussions on the legacy freiriano and Popular Education, prompting the reflection that surround the concrete actions of the many movements in the civil society in Latin America. Another purpose is to demonstrate the actuality of this debate, in the (re) meaning given by the Popular Education in the construction of channels for popular participation in Latin America.

Keywords: popular education, Political Participation, MST, Mission Robinson, Paulo Freire

¹ Estudante da Escola de Educação, da Universidade Central da Venezuela – UCV. Correio Eletrônico: simposio3t@yahoo.es

² Professora Assistente da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Correio Eletrônico: lia.pinheirobarbosa@gmail.com

Introdução

Ao propormos uma discussão acerca da trajetória da Educação Popular no Brasil e na Venezuela, intencionamos conhecer os cenários de tais experiências, que perpassam a própria história da Educação Popular na América Latina. Assim, consideramos a importância conferida às múltiplas formas de participação social construídas pela sociedade civil latino-americana, enfatizando as experiências específicas dos países mencionados. Buscamos articular à reflexão em torno da *práxis* política própria das experiências de Educação Popular, novas práticas de legitimação da emancipação humana, rumo à consolidação de um contra-poder social com potencial de alargamento do setor democrático-popular.

O presente ensaio visa apresentar uma reflexão em torno das práticas de Educação Popular no Brasil e Venezuela. O intuito maior é conhecer as experiências existentes nos dois países e que conferem, ao nosso ver, uma nova correlação de forças no interior dos espaços públicos, especialmente ao propor um *ethos* e *locus* próprios à prática educativa.

Esperamos contribuir nos debates correntes sobre Educação Popular e a participação social para a consolidação de uma *práxis* educativa emancipatória. Ademais, pretendemos articular o debate ao legado freiriano na (re) construção de uma concepção de educação que se propõe libertadora.

Padrões de Acumulação do Capital e resistência política

Consideramos que as experiências de Educação Popular no Brasil e na Venezuela nascem e consolidam-se como filhas de um cenário mais amplo, a saber, o próprio cenário latino-americano, cujos percursos sócio-culturais e político-econômicos suscitam toda uma dinâmica social peculiar, marcada por múltiplas facetas no processo de luta, fortalecimento e legitimação de uma identidade própria por parte dos movimentos que se contrapõem à lógica excludente e dominadora de um Estado historicamente caracterizado pelo autoritarismo e pela reprodução de relações político-econômicas ampliadoras da miséria e pobreza no continente.

Marcada por momentos históricos de uma política profundamente militarizada e autoritária, a América Latina somente viu o alvorecer de um tímido processo democrático em meados da década de 80, o que resultou em regimes políticos que demonstraram importantes debilidades na construção de suas democracias, com

destaque para a manutenção da pobreza e miséria. Além da instabilidade econômica decorrente das crises sofridas pelo modelo desenvolvimentista, tem-se mostrado mais presente e de forma mais impositiva nestas últimas décadas, do século XX e no limiar do XXI.

Evidente que as decisões de ordem política e social estabelecidas são conseqüências diretas dos rumos tomados pelo processo de globalização econômica corrente em âmbito mundial. Entretanto, o cenário político dos anos 90 foi permeado por um discurso político e uma *práxis* econômica que impulsionou claramente as nações a enquadrarem-se na sistemática da ‘aldeia global’, condição necessária para participação no processo de desenvolvimento e pós-modernização mundial.

Diante destas prerrogativas do chamado neoliberalismo, diferentes Estados, dentre eles os latino-americanos, iniciam o processo de inserção nas novas demandas do mercado financeiro, intencionando, em primeira instância, atingirem as metas previstas para serem considerados países desenvolvidos. A assunção do pleno desenvolvimento político e econômico destes países, no cenário em questão, implicou uma incompatibilidade entre a manutenção de uma elevada taxa de crescimento econômico, a equidade social e o pleno exercício da democracia e cidadania, sobretudo na América Latina. Isto porque, as mudanças conjunturais empreendidas na década de 90 eram seguidas por um processo de reestruturação significativa do Estado, o que implicava diretamente no conjunto de prioridades estabelecidas na gestão pública. Entretanto, outro aspecto importante merece destaque, a saber, a emergência de uma sociedade civil mais heterogênea em suas demandas.

Ao analisarmos o processo de extenuação do Estado, ao final da década de 70 e início da década de 80, observamos, concomitantemente, um processo de complexificação da sociedade civil, sobretudo pelo crescimento de sua densidade organizacional, a exemplo do Brasil e Venezuela. Em outros países, como México, Equador e Bolívia, uma reascensão de movimentos sociais de cunho étnico-político. Como resultado, observamos “um profundo processo de reordenamento social” (DINIZ & AZEVEDO: 1997, p. 179), que reflete uma multiplicidade de interesses emergentes e que não mais estão contidos na esfera institucional da administração pública, mas que se expandem por meio de diversos segmentos presentes na sociedade civil, requerendo do Estado um padrão mais flexível, descentralizado e democrático em suas ações.

Os trajetos de emergência desta resistência política, com destaque para os movimentos camponeses e indígenas, bem como, movimentos estudantis e operários,

são os seguintes: 1. No Brasil, observamos um crescimento de movimentos nas últimas três décadas, vinculados particularmente ao processo e ao grau de desenvolvimento industrial do país. Destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; 2 No México, nos anos 70, destaca-se o Exército Zapatista de Libertação Nacional e, nos anos 90, nos Chiapas, ações coletivas de articulação política das várias entidades vinculadas ao movimento campesino mexicano; 3. Na Bolívia, predominou os movimentos de populações indígenas, como o dos Aymaras, além de vários movimentos de trabalhadores das Minas; 4. O Peru, o Sendero Luminoso caracterizado como guerrilha rural, que se constituiu num movimento de forte expressão em suas ações; 5. Na Argentina, um grande número de Movimentos de Direitos Humanos, sendo o das “Mães da Praça de Maio” o mais significativo na história da transição política do país; 6. No Equador, o Movimento Indígena - Confederação Nacional Indígena do Equador; 7. Na Colômbia: Repúblicas Independentes de auto-defesa Campesina, Exército de Libertação Nacional, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Movimento 19 de Abril, o Comando Quitin Lame, Partido Revolucionário dos Trabalhadores e, na atualidade, a luta política pacífica do Pólo Democrático Alternativo; 8. Na Venezuela³: Movimentos Cívico-Militar, em 23 de janeiro de 1958; As insurgências militares e levante do Batalhão Bolívar; a luta armada da esquerda, nos anos 60 e 70, conformadas pelos Movimentos de Libertação Nacional e Frentes de Guerrilha do Movimento da Esquerda Revolucionária e do Partido Comunista da Venezuela, nas áreas rurais e urbanas; Movimento de Renovação Universitária a nível nacional, ao final dos anos 60; O Caracazo, de 27 a 28 de fevereiro, foi um processo significativo porque resultou em algumas manifestações espontâneas de descontentamento popular; Movimento Bolivariano Revolucionário 200; Conformação dos Círculos Bolivarianos pela resistência e construção social de base; Movimento Popular de 13 de abril de 2002, em resposta ao Golpe de 11 de abril de 2002, com o apoio de militares nacionalistas e progressistas; novamente o Movimento Popular impede e dinamiza os processos com o resgate da indústria petrolífera do petróleo, na Greve e Parada Nacional Patronal (2002-2003), que durou mais de três meses, entre outros processos importantes no presente.

³ Esta sintética nomeação de organizações de lutas sociais baseia-se, principalmente, nos estudos de BONILLA, L. & EL TROUDI, H. História da Revolução Bolivariana. Pequena Crônica (1940 - 2004), e na LINÁREZ, P. & CASTILLO, I. (2007). Desaparecidos. Resgate dos assassinos políticos dos anos 60 na Venezuela (notas de arqueologia forense).

Para a presente análise, não destacaremos as diferenças próprias de cada país. Ao contrário, abordaremos os eixos de articulação política comum em relação às orientações gerais em seus processos de desenvolvimento histórico que são, ao nosso ver, pontos de convergência de uma ação política de resistência visível na América Latina, neste período. Sendo assim, tomamos o campo da Educação Popular como um dos espaços donde se constroem propostas que anseiam consolidar-se enquanto projetos políticos de uma outra sociedade, libertada do caráter excludente e opressor próprio da sociedade do capital.

Intencionamos, pois, apresentar um micro caleidoscópio das experiências de Educação Popular correntes no Brasil e na Venezuela. O intuito maior consiste em suscitar o debate acerca das nuances e matizes de tais experiências na legitimação de uma cultura latino-americana de resistência e protagonismo dos movimentos sociais e demais setores populares.

Diálogo com as experiências de Educação Popular: notas introdutórias

Desde seu percurso inicial, culminando no marco de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em 1984, que o movimento porta consigo como premissa a luta pelo direito à terra. Entretanto, nos percursos de sua luta política, compreendeu que a reforma agrária, enquanto política agrícola, é impulsionada por outros caminhos para além da mera posse da terra, ou seja, a assunção de uma outra compreensão da Reforma Agrária e dos elementos que encontram-se atrelados à ela. A terra, outrora representada como *trabalho, produção e dignidade*, incorpora em seu bojo uma categoria central nesse processo, a saber: a educação.

Nessa perspectiva, o MST agregou um novo elemento à luta pela reforma agrária, donde a educação passou a ser concebida como caminho necessário à consolidação de uma ação política dotada de criticidade. O enfoque conferido à educação ancorava-se ao seu potencial escolarizador: Todos e Todas Sem Terra estudando significava o acesso à leitura e à escrita para a formação de homens e mulheres livres, conforme o pensamento freiriano. Constituía, portanto, uma proposta nova que se desenvolveu paulatinamente, ao longo dos quase 25 anos de atuação do MST, culminando com a criação, em 1985, do Setor de Educação do MST, no acampamento da Fazenda da Annoni- Rio Grande do Sul.

De acordo com o Boletim da Educação nº 08 (2001), o Setor de Educação reforça a assunção da Pedagogia do Movimento Sem Terra vinculada a dois importantes sentidos conferidos à Educação: a. A Pedagogia do MST, compreendida como a construção histórica do sujeito social denominado Sem Terra; b. A Pedagogia do MST como uma prática em movimento. Assim, estruturam sua concepção de pedagogia compreendendo que: 1. Como coletividade, os Sem Terra construíram, desde um processo de luta histórica, a formação e a identidade do MST; 2. O grande educador dos Sem Terra é o próprio MST e o processo educativo ocorre em um movimento histórico; 3. A dialética do MST com a educação ocorre em sua própria história de luta, entendida como uma grande obra educativa; 4. Educação como caminho de superação a três grandes desafios, a saber: romper com o processo histórico desumanizador das famílias sem-terra; a assunção da identidade Sem Terra por estas famílias e, por fim, fortalecer, frente ao povo campestre, outras categorias sociais vinculadas aos valores de sua história de vida e de luta política; 5. Reconhecer-se como sujeito educativo, compreendendo o sentido profundo da Pedagogia do MST; 6. Compreender as lições pedagógicas nascidas dos processos educativos básicos que formam o MST; 7. A Pedagogia do MST transpõe o espaço físico da escola; 8. A concepção de escola para o MST consiste naquela que assume o vínculo orgânico com o movimento da vida, em movimento; 9. A compreensão e implementação da Pedagogia do MST encontram-se atrelada à reflexão sobre o sentido ontológico da formação do ser humano, pensando profundamente as estratégias e os valores que perpassam essa formação.

Sendo assim, o MST articula sua concepção de educação pautada em dois princípios, a saber: os princípios filosóficos e os princípios pedagógicos da educação para o movimento. Com relação aos *princípios filosóficos*, os mesmos estão atrelados aos objetivos mais gerais e estratégicos do trabalho educativo⁴: 1. Educação para a transformação social; 2. Educação para o trabalho e a cooperação; 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4. Educação com / para valores humanistas e socialistas; 5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

No que concerne aos princípios pedagógicos⁵, é compreendido por treze princípios no quais demonstram uma inegável capacidade de elaboração teórico-educacional tão observado no campo das lutas cotidianas de sobrevivência: 1. Relação entre prática e

⁴ MST. DOSSIÊ MST ESCOLA (2005). Caderno de Educação nº 13. p.263.

⁵ Idem.

teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para / pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Auto-organização; 11. Criação dos coletivos pedagógicos e formação permanente dos educandos(as); 12. Atitude e habilidades de pesquisa e 13. Combinação entre pedagógicos coletivos e individuais.

Tendo refletido acerca dos princípios pedagógicos e filosóficos norteadores de uma Pedagogia do MST, torna-se de suma relevância apresentar, ainda que sucintamente, o histórico da *práxis* educativa de tão importante movimento social. Assim, nos seus 24 anos de existência, o MST apresenta os seguintes resultados: Magistério da Terra / Nível Médio: 16 turmas concluídas até 2004 e 12 turmas em andamento; Pedagogia da Terra: 3 turmas concluídas e doze turmas em andamento⁶; 01 Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento concluída, em parceria com o Iterra-UnB. Ademais, o MST possui a Escola Itinerante Paulo Freire, criada em 1995, no II Congresso Infante-Juvenil do MST, realizado no Rio Grande do Sul. Há, ainda, as experiências da Ciranda Infantil, contra-ponto ao modelo tradicional de Educação Infantil e, sobretudo, uma proposta de acesso à formação de crianças filhos(as) dos assentados e acampados.

Por fim, destacamos outras duas experiências de Educação Popular desenvolvidas pelo MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes e o Método de Alfabetização “Sim, Eu Posso”. A ENFF, construída por meio do trabalho voluntário de 1.115 militantes dos movimentos sociais brasileiro, foi criada em janeiro de 2005. Sua principal missão consiste em democratizar o acesso à educação, dentro de uma perspectiva de formação dos militantes do MST. Desenvolve cursos formais e informais voltados à produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Ademais, a ENFF sediou algumas atividades para assentados e acampados. Podemos afirmar que a ENFF representa um importante aporte da conquista própria da Educação Popular no Brasil, por proporcionar a formação da militância do MST e demais organizações populares, permitindo a elevação do nível cultural e de conhecimento de todos, rumo à

⁶ Vale destacar que o Magistério da Terra, os Projetos de Escolarização e o Pedagogia da Terra constituem frutos de uma conquista histórica da luta empreendida pelos movimentos sociais camponês, com destaque para o MST, na consolidação do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - PRONERA.

consolidação de uma leitura crítica do mundo. De acordo com o MST, aproximadamente 3500 militantes foram formados pela ENFF.

O Método de Alfabetização Sim, Eu Posso, realizado pelo MST, em parceria com o governo cubano, visa formar educadores(as) do campo no referido método. O objetivo consiste em incorporar mais uma experiência de Educação Popular na luta pela erradicação do analfabetismo nos acampamentos e assentamentos. O método cubano consiste em alfabetizar em 35 dias, por meio de um instrumental áudio-visual e o apoio de monitores. Aprofundaremos a discussão sobre o método no próximo item que versa sobre uma experiência de Educação Popular na Venezuela.

No caso da Venezuela, em termos políticos, culminou o processo democrático de instauração de um novo contrato social (Constituição da República Bolivariana da Venezuela), mediante o Referendo Democrático, que conferiu legitimação ao processo, sobretudo, pela dinamização da Assembléia Nacional Constituinte, de 15 de dezembro de 1999, envolvendo todos os setores da sociedade civil e cultural (organizações dos povos originários indígenas) para a construção de um Projeto e Programa (de cunho econômico, educativo, cultural, político) de Sociedade⁷ e Estado⁸, no marco da Refundação da V República, com o ideário de Simon Bolívar e o legado histórico da emancipação, a fim de construir a Sociedade Democrática com seu Estado Democrático.

Em toda sociedade se concentram fins educativos, dado que as sociedades são processos históricos, culturais e econômicos. Pelo *caráter plural dos processos* se apresentam diferentes fins (regionais, estaduais, privados, laicos, de classes sociais opressoras e oprimidas)⁹. Desde a nova Sociedade Democrática com seu Estado, os fins propostos se alcançaram mediante os processos relacionados ao “Trabalho” e “Educação”.

⁷ Segundo a exposição de motivos da Constituição da República Bolivariana da Venezuela e Princípios Fundamentais, o Estado será Democrático e Social de Direito e de Justiça, com fins para o desenvolvimento e defesa da pessoa humana, o respeito à dignidade, o exercício democrático da vontade popular, a construção de uma sociedad justa e solidária a uma cultura da paz, o bem-estar do povo, o cumprimento dos princípios, direitos e deveres consagrados na Constituição (os educativos, culturais, políticos, econômicos, sociais, etc), com uma estrutura estatal federal (do modelo cooperativo) e descentralizado baixo os princípios de integridade territorial, cooperação, solidariedade, concorrência e co-responsabilidade.

⁸ Segundo a exposição de motivos e o preâmbulo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, a Sociedade será Democrática, participativa e protagônica, multiétnica e pluricultural, justa e solidária a uma cultura de paz, no que concerne aos processos para lograr os fins propostos, a sociedade conformada por cidadãos e grupos sociais devem ser participativos, ativos, co-responsáveis e controladores da construção social mediante o uso instrumental do Estado.

⁹ Lorenzo Luzuriaga. (1960). Diccionario de Pedagogía. p 159.

No processo da educação para alcançar os fins da Sociedade Democrática, do novo Estado Democrático, em co-responsabilidade com a cidadania (grupos sociais e indivíduos) se concebe um programa que estabelece um projeto educativo, enunciado como direitos educativos no marco dos direitos humanos, deveres e garantias para todos (que transpassa a economia, cultura, política, nacionalidade cidadania, família e a sociedade), na totalidade das modalidades, padrões e níveis do sistema educativo, apresentando como essência a seguinte: 1. "...Educação como um direito humano e um dever social fundamental, com caráter democrático, gratuito e obrigatório ..."10; 2. "...o Estado estabelecer e manter instituições e serviços suficientemente dotados para assegurar o acesso, permanência e conclusão do Sistema Educativo..."11, e em articulação com as políticas públicas de Governo12 orientarão as estratégias para o desenvolvimento e início de uma segunda massificação da história educativa da Venezuela. Com especial atenção, destacamos a modalidade de educação de adultos, em nível inicial, a alfabetização dos excluídos (a classe pobre das zonas rurais, urbanas, indígenas e fronteiriças) da herdada economia capitalista desenvolvida no período democrático representativo do bipartidarismo e fortalecida nas décadas de 80 e 90, do último século.

O processo de alfabetização na Venezuela se desenvolveu em uma situação conjuntural dentro do contexto das lutas de classes, com papéis históricos e determinantes entre a integração do Povo, Governo e Estado *versus* as classe social rica e meios de comunicação, o Setor Privado e algumas frações do Estado (compostas pelas Forças Armadas, Ministérios controlados por alguns partidos tradicionais, petroleiros da Venezuela, Universidades Privadas e Públicas), da Sociedade Civil conduzida pelos meios de comunicação, em concessão às empresas privadas. Esta luta que se desenvolveu, em formas específicas de mobilização e determinação do povo, desde a eleição presidencial do líder Hugo Rafael Chávez Frías (1999), influenciou notavelmente na direção do Processo Bolivariano político, econômico, jurídico, institucional, social (educativo) e internacional da Venezuela, dado que a iniciativa presidencial de Hugo Chávez, as mobilizações de luta do povo em defesa do Governo e o Estado Constitucional, mais a equipe de intelectuais orgânicos qualificados em educação e

¹⁰ Artigo 102, da Constituição da República Bolivariana da Venezuela - CRBV.

¹¹ Artigo 103, da CRBV

¹² Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação, 2001-2007.

alianças com a República de Cuba, produziu, no ano de maior crise (2003)¹³, a Missão Robinson de Alfabetização.

A proposta da Missão¹⁴ é baseada no Método Cubano, “Sim, Eu Posso”, desenvolvido pela pesquisadora cubana, Leonela Relys (2001), do Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribe (IPLAC),¹⁵ da República de Cuba e adaptado ao contexto educacional do país mediante estudos analíticos, das potencialidades e limitações, considerando as diversidades culturais, sociais e lingüísticas. O programa se fundamenta nas raízes da Pedagogia Cubana, com uma trajetória de mais de quarenta anos, baseada nos pressupostos da abordagem histórico-cultural de Vigostki, a pedagogia da ação de Paulo Freire e as tendências sociológicas e pedagógicas contemporâneas¹⁶. A missão de alfabetização alcançou todo o território nacional, e seu fundamento¹⁷ e aplicação referenciam-se pelo entendimento da educação como um direito humano e um dever social, com base em todas as correntes de pensamento, cujo objetivo é desenvolver o poder criativo de todo ser humano, como parte de um processo de justiça social¹⁸ de superação das oportunidades negadas de aprender a ler e escrever na sociedade venezuelana, e, em consequência, a inibição em ser plenamente partícipe no desenvolvimento de suas vidas¹⁹. A inclusão de indivíduos com outras características gerou uma diversificação da alfabetização, o que possibilitou alcançar as pessoas com deficiências visuais e organizações indígenas, neste último, respeitando suas respectivas línguas e culturas, produzindo material em seus próprios idiomas (traduzidos para quatorze idiomas)²⁰.

¹³ A crise se indica pelos valores na inflação mensal que sucumbiu entre o nível mais alto e mais baixo, taxa de desocupação mensal e risco do país, em contraposição favorável pelo contexto internacional saliente do ano anterior (2002,) que permitiu manter o crescente saldo de reservas internacionais e cesta venezuelana de petróleo, esta última como financiadora da Missão de Alfabetização Robinson.

¹⁴ Criada por uma Comissão Presidencial, numa base permanente, com o objetivo de elaborar um Plano Extraordinário de Alfabetização “Simon Rodrigues”, (nome em homenagem ao Libertador Simon Bolívar, em suas viagens, cujo pseudônimo era Samuel Robinson) para eliminar o analfabetismo entre a população venezuelana. Os objetivos da comissão era a de formular, analisar, coordenar, acompanhar e avaliar o referido Plano Extraordinário, com a participação interministerial (Educação, Cultura, Defesa e outros Institutos)

¹⁵ Em 03/11/2000, a UNESCO premiou, pela terceira vez, os resultados do método de alfabetização “Sim, Eu Posso!”, em consequência do Relatório 175 EX9 daquele organismo.

¹⁶ Análise do Relatório 175 EX9, da Unesco, sobre a eficácia e a viabilidade do método “Sim, Eu Posso!”. IPLAC, 02 setembro de 2006.

¹⁷ Anteriormente, apresentamos a fundamentação teórica e a referência pedagógica da Missão Robinson.

¹⁸ Segundo o Censo Nacional de 2001, estimavam 1.509.307 um milhão, quinhentos e novel mil, trezentos e sete pessoas analfabetas, entre jovens e adultos.

¹⁹ Gazeta Oficial da República Bolivariana de Venezuela, Ano CXXX, mês VIII, número 37702. Caracas, 02 de junho de 2003.

²⁰ O relatório do Ministério da Educação, até ao ano de 2005, estabelece que a República Bolivariana da Venezuela declara o território livre de analfabetismo, porque se logrou cumprir a meta de alfabetizar

O método de alfabetização cubano desenvolve uma metodologia gradual e cumulativa, com participação de todos, orientando-se com o apoio do facilitador nos intervalos, onde empregam materiais didáticos (cartilha e vídeo), tecnológicos (TV e vídeo cassete) e outros materiais adicionais, como lápis ou quadro negro com giz. Na experiência da missão, modificaram a gestão do referido método, com uma frequência diária de aulas, deixando um processo de intervalo entre seis e oito semanas para a alfabetização nos ambientes. As fases de alfabetização do desenho metodológico são as seguintes: I. Etapas do ensino da leitura e escrita (1. Treinamento; 2. Aprendizagem da leitura-escrita; 3. Consolidação); II. Encontros presenciais (processo de conhecimento do participante, controle, verificação, orientação e motivação); III. A cartilha, Sim, Eu Posso (para exercitar o participante e seguir instruções visuais, com a intenção de gerar as associações entre os números que o educando(a) conhece e o alfabeto desconhecido). O participante é concebido como um sujeito com afeto e experiências vinculadas aos saberes de suas atividades diárias, com desenvolvimento cognitivo e maturidade para compreensão do mundo, permitindo, assim, gerar relações entre os envolvidos do tipo dialógica, reflexiva e problematização²¹.

Consideramos que tal experiência de Educação Popular corrente na Venezuela denota a compreensão da função social e política conferida à Educação. Significa dizer o reconhecimento de que o avanço na consolidação de um outro projeto de sociedade que, no caso do Processo Bolivariano caracteriza-se pela proposta do Socialismo do Século XXI, só é possível partindo da própria superação do analfabetismo no país. O sentido de ser um país alfabetizado transpõe o mero domínio da leitura e da escrita, uma vez que almeja-se, por meio da aquisição desta modalidade de conhecimento, avançar em uma visão crítica de sociedade que contribua, sobremaneira, na legitimação de outros direitos sociais e políticos historicamente negados.

Considerações Finais

Iniciamos o presente ensaio propondo um diálogo acerca das experiências de Educação Popular correntes no Brasil e na Venezuela e que, conforme afirmamos ao

1.482.543, logrando a sexta posição da educação formal, com 130 497 alfabetizadores, em 137571 ambientes de trabalho, dando origem à Missão Robinson II, crucial para sustentar o contínuo declínio do analfabetismo.

²¹ Sim, Eu Posso, 08 de setembro de 2007. Dia Internacional da Alfabetização. Organização dos Estados Íbero-americanos - OEI.

longo de nossos escritos, representam um micro caleidoscópio de um cenário de resistência política representado em múltiplas ações coletivas próprias da sociedade latino-americana no último quarto de século.

Consideramos que, tanto a concepção de Educação e de uma Pedagogia em Movimento apresentada pelo MST e representada pelo próprio histórico de suas conquistas ao longo dos seus 24 anos de existência, quanto as experiências de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidas pela Missão Robinson, caminhos para legitimação de uma *práxis* política própria da Educação Popular na América Latina, uma vez que objetiva a emancipação humana, rumo à consolidação de um contra-poder social com potencial de alargamento do setor democrático-popular no continente.

Evidente que as reflexões realizadas possuem um caráter embrionário no sentido da necessidade de um aprofundamento teórico acerca dos significados presentes na ação de uma sociedade civil organizada, representada pelos movimentos sociais, demais organizações populares e suas interfaces na articulação política com o Estado. Entretanto, afirmamos nossa proposta inicial, qual seja, a de lançar elementos para o debate sobre as trajetórias da Educação Popular na América Latina, em consonância com o próprio legado de Paulo Freire.

Referências Bibliográficas

BONILLA-MOLINA, L.; EL TROUDI, H. *Historia de la Revolución Bolivariana*. Pequeña crónica 1940 – 2004. [Libro digital] Ediciones Gato Negro: Caracas, 2004.

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Eduardo. *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UNB, 1997.

INSTITUTO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO (IPLAC). Análisis del informe 175 EX9 de la UNESCO sobre la Eficacia y Viabilidad del Método Yo, Sí Puedo. (02 de Diciembre 2006). República de Cuba – Habana.

LINÁREZ, P. & CASTILLO, I. *Desaparecidos. El rescate de los asesinatos políticos de los años 60 en Venezuela* (Notas de Arqueología Forense). Colección Alberto Lovera – Pancho Alegría Rescate de la Memoria de los años 60 del siglo XX. Ediciones de la Universidad Bolivariana de Venezuela: Caracas, 2007.

LUZURIAGA, Lorenzo. *Diccionario de Pedagogía*. Editorial Losada: Argentina, 1960.

MST. DOSSIÊ MST ESCOLA (2005). Caderno de Educação nº 13. p.263.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Acompanhamento às Escolas. Boletim de Educação nº 08. p. 64.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS. Yo, Sí Puedo. Día Internacional de Alfabetización (08 de septiembre de 2007). Publicado en <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article968>. Consultado en junio/2008.

REVISTA DEL COMITÉ DE SOLIDARIEDAD CON AMÉRICA LATINA – ASTURIÉS (COSAL). Historia del movimiento insurgente en Colombia (artículo seleccionado). Publicado en <http://www.nodo50.org/llar/cosal/colomba/col16.htm>. Consultado en junio/2008. s/a.

SÁNCHEZ, Luz Marina Formieles. *Método alfabetizador Yo, Sí puedo*. Agencia Cubana de Noticias. Publicado en www.voltairenet.org. Consultado en julio/2008.

VENEZUELA. *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)*. Ministerio de Planificación y Desarrollo. República Bolivariana de Venezuela. s/f.

_____. *Memoria y Cuenta 2005*. Ministerio de Educación y Deporte. República Bolivariana de Venezuela. Caracas, 2006.

_____. *Cronología del proceso bolivariano 1999-2005*. Publicación de la Presidencia de la República Bolivariana de Venezuela. s/f.

_____. *Decreto Presidencial de la Comisión Presidencial de Alfabetización Simón Rodríguez*. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela. Nº 37102. Caracas, 02 de Junio de 2003. Año CXXX – MES VIII.

_____. *Anuario Estadístico de Venezuela*. Instituto Nacional de Estadísticas. Ministerio de Planificación y Desarrollo. República Bolivariana de Venezuela. 2001.

_____. *Exposición de motivos de la constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Gaceta Oficial 5453. Extraordinario. Caracas, 24 de marzo del 2000.

_____. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Gaceta Oficial 35860. Caracas, 30 de diciembre de 1999. Año CXXVII – MES III

_____. *Sitio oficial de la Misión Robinson*. Fundación Samuel Robinson. Ministerio para el Poder Popular de la República Bolivariana de Venezuela. Publicado en <http://www.misionrobinson.gov.ve>. Consultado en mayo/2008.

UNESCO. Premio de Alfabetización Yo, Sí Puedo. Diario Gramma – Organo Oficial del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. Publicado el 20 de Junio del 2006. Publicado en <http://www.gramma.cubaweb.cu/2006/06/20/interna/artic09.html>. Consultado en mayo/2007.